



ATA Nº 05/2014

Aos 03 (três) dias do mês de julho de 2014, às 15h, no Clube Alvi Negro, em Taquari/RS, realizou-se assembleia geral ordinária da Associação dos Municípios do Vale do Taquari (AMVAT), sob a presidência do prefeito de Arroio do Meio, senhor Sidnei Eckert (PMDB). Estiveram presentes os prefeitos de Arroio do Meio, Taquari, Tabaí, Capitão, Travesseiro, Poço das Antas, Forquetinha, Coqueiro Baixo, Progresso, Pouso Novo, São Valentim do Sul, Paverama, Fazenda Vilanova e Ilópolis; o vice-prefeito de Santa Clara do Sul; o prefeito em Exercício de Encantado, além de secretários municipais e assessores dos municípios. O presidente deu início aos trabalhos saudando os presentes e convidou, para fazerem parte da Mesa Oficial, o prefeito anfitrião, Emanuel Hassen de Jesus, o tesoureiro da entidade, prefeito Luís Fernando Schmidt, e os palestrantes do encontro. O prefeito Emanuel Hassen de Jesus deu boas vindas a todos. Na continuidade foi aprovada a ata da assembleia anterior, realizada em Encantado. Prosseguindo os trabalhos ocorreu a participação do deputado estadual Adão Villaverde (PT), que presidiu a Comissão Especial de Revisão e Atualização de Leis contra Incêndio na Assembleia Legislativa. A norma, segundo ele, ficou justa. “Não atribuímos novas responsabilidades para ninguém. Nada a mais aos prefeitos do que já estabeleciam a Constituição Estadual e a Constituição Federal”, garantiu o parlamentar. Conforme o deputado, as responsabilidades são partilhadas entre proprietários, que devem utilizar o local para o fim para o qual foi licenciado; Corpo de Bombeiros, ao qual caberá regulamentar, analisar, vistoriar e aprovar as medidas de segurança; e aos municípios, que expedirão os alvarás de fiscalização. Villaverde salientou que as novas edificações já deverão se adequar à nova lei e que os municípios têm prazo de um ano para regulamentá-la. Destacou ainda que cidades com até 20 mil habitantes poderão constituir consórcios para atender as exigências. Por fim, citou que há plano simplificado para os prédios com baixa e média carga de incêndios e que há tratamento diferenciado, levando em conta as características regionais, para CTGs, salões paroquiais, centros comunitários e outros. “Chegamos num instrumento responsável com bom senso”, enfatizou. Dando continuidade aos trabalhos houve a participação do coordenador do Programa de Adesão dos Municípios ao Sistema Unificado Estadual de Sanidade Agroindustrial Familiar (Susaf). Luiz Fernando Dalcin observou que a adesão permitirá que as agroindústrias possam comercializar seus produtos para fora dos municípios. No entanto, até o momento apenas dois municípios foram homologados no Rio Grande do Sul. Na região, 17 solicitaram a adesão e destes apenas três – Encantado, Nova Bréscia e Progresso – estão com o processo mais adiantado, com a documentação sendo analisada. Assessor da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs), Leonildo Mariani foi o último palestrante do encontro. Em sua manifestação, destacou que o pacto federativo não está sendo respeitado, pois os municípios investem em saúde, em média, 22%, acima dos 15% estabelecidos em lei. Quanto ao Estado, disse que houve uma melhora muito grande nos últimos anos, mas ainda não são os 12% que deveriam ser aplicados, pois para chegar a este percentual o Executivo inclui despesas como o Ipê, que na sua opinião não deveria ser computado. Observou, por fim, que o governo federal vetou a aplicação dos 10% aprovados pelo Congresso. Outro assunto que ele abordou diz respeito à nova lei sobre os agentes comunitários de saúde – Lei nº 12.994/2014. Conforme Mariani, os



municípios terão um ano para se adaptar, fazendo um plano de cargos e salários para os agentes. Assunto, segundo ele, que precisa ser mais discutido, pois vai onerar as prefeituras. Abordou, finalmente, a lei que prevê que os hospitais com menos de 50 leitos – são cerca de 30 no Rio Grande do Sul – não façam mais partos e cirurgias. A Famurs, segundo ele, conseguiu sensibilizar a Secretaria Estadual de Saúde, e foi feita uma reformulação na norma. Houve uma nova resolução, que será discutida novamente. Nesta situação toda, disse o palestrante, há R\$ 250 milhões que a Assembleia Legislativa aprovou para os hospitais. A Famurs entende que os que não quiserem fazer partos e cirurgias, não façam, mas que os demais sejam mantidos, desde que tenham as condições básicas. Em relação ao assunto, o prefeito de Marques de Souza, cujo hospital está nesta situação, observou que haverá ainda mais despesas aos municípios, pois teriam que arcar com o transporte dos pacientes aos hospitais de referência. Já para a assembleia de agosto foi sugerido, pelo prefeito de Progresso, convidar representante do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Vale do Taquari (Consisa) para falar sobre o projeto de videomonitoramento, tendo em vista que a AMVAT colaborou com R\$ 100 mil para sua elaboração, além de questões sobre a Central de Medicamentos. A próxima assembleia será realizada no município de Travesseiro, no dia 7 de agosto. Nada mais havendo a tratar, o presidente agradeceu a presença de todos e encerrou os trabalhos. E, para constar, foi lavrada a presente ata, que vai devidamente assinada.

**Prefeito Sidnei Eckert,
Presidente da AMVAT**